

O Capital Social no Contexto da Teoria Sociológica Contemporânea

Joaquim Fialho

UÉvora, ECS, DSoc | CICS.NOVA.UÉvora

Jfialho@uevora.pt

Resumo

A teoria sociológica está repleta de análises sobre os mais diversos conceitos que a sustentam. Um desses conceitos é o de capital social, aqui tratado a partir da sua construção, com principal enfoque para os contributos de Bourdieu, Portes, Putnam e Coleman. Este artigo tem uma componente introdutória ao conceito, cujo objetivo é familiarizar os estudantes dos vários Ciclos de sociologia sobre as perspetivas concetuais do capital social.

Para a sociologia, o capital social possibilita a cooperação entre duas partes. O capital social implica a sociabilidade de um grupo humano, com os aspetos que permitem a colaboração e o seu uso.

Como ponto comum da análise, apresentamos o capital social como uma rede durável de relações, mais ou menos institucionalizadas, de inter e intra conhecimento, entre indivíduos e/ou grupos. No quadro desta dinâmica de interação entre atores, o artigo discute perspetivas sobre o conceito de capital social no contexto da teoria sociológica contemporânea.

Palavras-Chave: capital social, relações sociais, teoria sociológica contemporânea.

1. Enquadramento

O capital social surge comumente associado a uma panóplia de recursos a que um ator acede através das suas relações sociais (Bourdieu, 1980; Coleman, 1988; Putnam, 1993). A mobilização do capital social funciona como um catalisador de obtenção de fins individuais e/ou coletivos. Todavia, apesar do uso do conceito de capital social estar amplamente difundido nos discursos dos cientistas sociais em geral, e dos sociólogos em particular, nem sempre o seu uso surge com a mesma configuração. Trata-se de uma disparidade de utilização do conceito. Contudo, atendendo a que os utilizadores do conceito têm origem nas várias disciplinas, fica, de certa forma, justificada esta ambiguidade da utilização do conceito.

Face a esta ambiguidade de usos do conceito, este artigo pretende situar o estudante de sociologia sobre a complexidade do conceito e a sua dispersão pelos

vários autores. Comumente, encontramos duas grandes correntes teóricas. Uma corrente em que o “ator deve possuir um grande número de laços fortes para que o capital social seja realmente considerado como um recurso vantajoso (...) [e em que] são os laços fortes e não os fracos que constituem o capital social” (Lemieux e Ouimet, 2008: 81). A outra corrente sustenta que as relações de baixa intensidade (Granovetter, 1973) e os buracos estruturais (Burt, 1992) que um ator possui formam o capital social. Quer isto dizer que “*a informação original que circula através dos laços de fraca intensidade, assim como a posição do intermediário que o ator ocupa quando este conhece indivíduos que não se conhecem, constituem recursos vantajosos a que os defensores da segunda corrente chamam de capital social*” (Lemieux e Ouimet, 2008: 81).

Este artigo começa por uma abordagem elementar sobre o conceito de capital evoluindo para a discussão do conceito de capital social a partir dos contri-

butos de Bourdieu, Portes, Putnam e Coleman. Contudo, alertamos, mais uma vez o leitor, o propósito introdutório deste artigo, o qual não esgota a discussão sobre o conceito de capital social no contexto da teoria sociológica contemporânea.

2. O Capital para os cientistas sociais

Falar em capital, por si só, coloca-nos perante uma encruzilhada de sentidos e contra sentidos, em que a acuidade e complexidade do caminho nos poderá colocar perante as lógicas da teoria económica clássica dos fatores de produção, assente na trilogia capital, terra e trabalho ou, até mesmo, na lógicas de David Ricardo sobre o capital fixo e o capital circulante para as matérias-primas e bens intermediários. O caminho deste artigo não vai, naturalmente, para as lógicas economicistas onde a relativa estabilidade do conceito de capital coloca à sociologia e aos sociólogos do capital social um complexo desafio de conceptualização.

Compreender o conceito de capital social pressupõe, numa primeira instância, delimitar o conceito de capital e os tipos de capital que encontramos, com alguma turbulência analítica, no contextos das ciências sociais e humanas em geral, e da sociologia em particular. O capital pode ser físico, humano ou social. Todavia, o “capital” por si só reme-nos para uma panóplia de recursos que concedem um conjunto de benefícios. Por exemplo, a perspetiva clássica de Marx, sustentava o capital como o conjunto de relações sociais de exploração entre capitalistas e trabalhadores. Na lógica marxista, os detentores dos meios de produção formavam uma elite capitalista. O capital posicionava-se entre os meios de produção. Os que não têm os meios de produção, como o capital, têm que trabalhar para aqueles que detêm os meios de produção. O trabalho é importante para a produção de produtos e serviços que constituem a cultura. Assim, os trabalhadores, ao criarem as soluções para muitos problemas no trabalho, contribuem para o desenvolvimento da sociedade em que se enquadram. Ainda na linha dos conceitos de capital, e no quadro da economia, podemos encontrar as teses de Adam Smith (1937). O que separa as lógicas entre os autores é a perspetiva. Em Marx, a tónica é ma-

cro, enquanto que o micro prevalece em Smith.

Marx concebe o capital como parte do processo de exploração na sociedade, Smith foca-se sobre o capital adquirido por pessoas para obter benefícios. Em comum na perspetiva, está a ação dos indivíduos influenciada pela “mão invisível” em Smith, e pela mudança social e interação entre estruturas com possibilidade de influencia as ações dos indivíduos (Marx). Contudo, a complexidade da análise dos conceitos colocar-nos-ia perante um foco de análise sem fim à vista. Porém, os conceitos de “ação” e “interação” discutidos nas perspetivas anteriores, assume muitas particulares que se podem reportar para os conceitos de capital social no quadro da teoria sociológica, como discutiremos mais adiante neste artigo, a propósito das relações duradouras entre indivíduos/grupos.

Dentro dos discursos do capital, o capital humano, hoje amplamente amplificado no contexto da gestão de recursos humanos, é entendido como o conjunto de recursos diversos a investir em atores individuais com o desejo de obter um determinado lucro. Por outro lado, e centrando o foco para os propósitos deste artigo, o capital social pode ser entendido como um conjunto de recursos investir nas relações sociais. O capital social, foco da teoria sociológica contemporânea, ocupa uma enorme centralidade na sociologia dos nossos dias, fundamentalmente, através das influências trazidas por Bourdieu, Portes, Putnam e Coleman.

Na sociologia, o capital social é “algo” que consubstancia a cooperação entre as partes. Esta noção não implica necessariamente uma dimensão positiva, aliás, as interações entre as pessoas podem ter uma lógica negativista como, por exemplo, redes de tráfico de pessoas. O capital social, para os sociólogos pressupõe, portanto, a dinâmica das relações de sociabilidade de um conjunto de pessoas ou grupos e os aspetos que fundamentam a colaboração entre os atores envolvidos e as oportunidades que emergem dessas relações sociais. Por esta lógica sociabilidade pode entender-se como a capacidade gerada para a realização de um trabalho em conjunto, uma colaboração e a prossecução de uma ação coletiva. Deste modo e, no quadro da análise sociológica, têm sido identificadas três fontes de capital: a confiança mú-

tua, as normas e a redes sociais.

Independentemente das formas de conceptualizar e medir os atributos das fontes aqui referidas, o capital social traduz-se num conjunto de oportunidades para a ação coletiva e para o bem-estar do grupo. Por outro lado, há que enfatizar que o capital social é mediado pela cultura e que esta determina os princípios da reciprocidade, confiança, solidariedade e cooperação. O capital é o resultado de estratégias de interação, intencionais ou não, orientadas para a construção e reprodução de relações sociais duradouras, potencialmente geradoras de recursos simbólicos e materiais. Igualmente, o capital social engloba um conjunto de relações sociais, as quais ocorrem, num determinado momento ou contexto, envolvendo um sujeito individual ou um coletivo de sujeitos. O capital social gera-se, acumula-se, mantém-se e destrói-se. Trata-se de um processo social em constante metamorfose que constitui um enorme desafio para as análises sociológicas contemporâneas.

3. Sociologia, teoria social e o capital social

Pierre Bourdieu (1980), em *Le capital social: notes provisoires*, procurou arquitetar uma conceção de capital social no campo da Sociologia. Para o autor, o capital social correspondia a um conjunto de recursos atuais e potenciais, ligados à posse de uma rede durável de relações, mais ou menos institucionalizada, de inter conhecimento e inter reconhecimento. Contudo, a primeira análise sistémica contemporânea sobre o capital social resultou dos trabalhos de Pierre Bourdieu (1980 e 1985), que se reportou ao capital social com «um agregado de recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo».

Porém, a terminologia capital social tem por base várias tradições da sociologia, designadamente ao nível do pensamento de Durkheim, por influência do estudo da interiorização de normas sociais e da sua funcionalidade; Tonnies através da análise do papel integrativo da comunidade; por Marx, ao nível da compreensão da construção da solidariedade de classe; através de Weber pela explicação do sentido da

ação, e também por Simmel ao nível do processo de caracterização da sociabilidade na metrópole.

O capital social ao nível da análise dos fenómenos de natureza macro social associa o funcionamento das instituições económicas e políticas a questões de carácter cultural fundadas a partir da interação social dos indivíduos. Por outro lado, foca ainda a importância da edificação duma sinergia Estado-Sociedade para o bom funcionamento das instituições democráticas, assumindo-se como uma perspetiva alternativa às análises que destacam a atuação do Estado ou a atuação dos mercados no desenvolvimento socioeconómico.

Putnam (1996) apresenta-nos o conceito de capital social como as “*características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas*” (Putnam, 1996: 177). Sublinha o autor capital social é uma herança histórica, ou seja, é produzida e ampliada conforme as experiências dos grupos. Trata-se de um capital que, quanto mais utilizado, mais a comunidade cívica o deterá, ou seja, quanto mais se usa o capital social, mais se adquire por aqueles que estão envolvidos na dinâmica do processo. Desta forma, a confiança é geradora de confiança, sendo base para a cooperação. Este capital social de Putnam (1996) possibilita a existência de laços comunitários fortes capazes de garantir a ação coletiva, levando as pessoas a participarem ativamente do processo de construção da democracia por via de mecanismos não convencionais de envolvimento político. Quando adquirido o capital social, o indivíduo racional não desejará perder a confiança adquirida. A regra de reciprocidade está relacionada, segundo Putnam, com o que dizia Cícero, no tempo de César: “nenhum dever é mais importante do que retribuir um favor”. Ou seja, a reciprocidade é um dos ingredientes da estruturação do capital social ou, seguindo a perspetiva de Putnam, poderemos afirmar que sem a reciprocidade nas interações o capital social assume uma forma muito ténue.

Na filosofia de Fukuyama (1996), o capital social é produto espontâneo dos jogos repetitivos do dilema do prisioneiro. A repetição do jogo faculta um cenário menos problemático e a simples estratégia de pagar na mesma moeda (cooperação por cooperação,

traição por traição) conduzirá os jogadores racionais a um resultado de cooperação, produzindo assim o capital social, uma vez que os indivíduos tenderão a apostar em sua reputação de honestidade e de integridade.

Embora sendo filósofo e economista, a perspectiva social apresentada por Fukuyama (1996) refere que o capital social está ligado à “*capacidade que decorre da prevalência de confiança numa sociedade ou em certas partes dessa sociedade*” (p. 41). Para este autor, o capital social pode estar incorporado, por exemplo, no menor grupo social (a família), bem como no maior de todos os grupos, a nação, assim como nos grupos intermediários. Assim, seguindo esta perspectiva, podemos afirmar que, face a esta diversidade de contextos, ficamos perante um conceito cuja amplitude analítica se complexifica, na medida em que a abrangência da aplicação aumenta. Porém, as contribuições de Bourdieu (1980), de Putnam (1993; 1996) e de Fukuyama (2001) em torno do conceito de capital social, são complementares e proporcionam uma visão ampla do conceito que importa discutir neste artigo.

O conceito de capital social pode ser agrupado em duas grandes perspectivas, sendo a primeira a que apresenta um maior nível de afinidades para com a sociologia:

1. Apresenta um quadro em que as ações individuais podem ser fortalecidas por meio da participação dos mesmos em redes sociais e/ou de sociabilidade, em interações diretas e indiretas com os outros atores da rede, e a relacionam aos recursos e benefícios potenciais que um ator detém, por possuir ou participar de uma rede sólida e durável de relações pessoais (Bourdieu, 1985; Coleman, 1988; Portes, 1998);
2. Mais associada à ciência política, nesta perspectiva, o capital social é visto como uma parte significativa das relações e laços internos que caracterizam as bases da ação coletiva e garantem-lhe a coesão necessária para atingir os resultados esperados (Putnam, 1993; Fukuyama, 1995; Locke, 1995; Woolcock, 1998).

Seguindo a linha da primeira perspectiva, podemos legitimar que as posições que os indivíduos ocupam

nas redes se estruturam a partir dos recursos que lhes são disponibilizados por estas. A arquitetura das redes possibilita aos atores sociais a formação dum manancial de capital social que influencia a formação de diversos recursos. Esta conceção é defendida pelo sociólogo Granovetter (1985) que sublinha a importância da estruturação das redes egocêntricas para a inserção do indivíduo no mercado de trabalho. Desse modo, as redes sociais podem funcionar como mecanismos de estruturação da ação coletiva, beneficiando das ações individuais dos seus atores.

Disperso por numerosas publicações, o conceito de capital social tem evoluído como uma «panaceia para todas as enfermidades que afetam a sociedade» (Portes, 2000) quer nos Estados Unidos ou na Europa. Na mesma lógica de muitos outros conceitos da sociologia, o conceito de capital social (sentido e valor heurístico) tem sido fortemente colocado à prova pelas mais diversas utilizações num caminho cuja aplicação, na teoria social, aos mais diversos contextos o tornarão um conceito cujo significado específico se imbuirá em controvérsias concetuais.

Contudo, esta generalização não produz qualquer ideia inovadora para o campo da sociologia: “*que o envolvimento e a participação em grupos pode ter consequências positivas para o indivíduo e para a comunidade é uma noção corrente, remontando a Durkheim e à sua insistência na vida em grupo enquanto antídoto para a anomia e a autodestruição; e à distinção efetuada por Marx entre uma «classe em si» atomizada e uma «classe para si» mobilizada e eficaz (...) [assim] o termo capital social limita-se a recuperar uma ideia presente desde os primórdios da disciplina: reconstituir o contexto intelectual do conceito até aos tempos clássicos equivaleria a fazer uma revisão das mais importantes fontes da sociologia do século XIX*” (Portes, 2000: 134).

As metamorfoses por que têm passado as sociedades contemporâneas têm induzido a uma multiplicidade de impactos nas diversas esferas da vida social. Estas tendências regeneradoras assumem a forma de mecanismos que pressupõem a arquitetura de novos arranjos de sociabilidade, sobretudo ao nível dos vínculos sociais. Neste quadro da descodificação dos vínculos sociais, a teoria das redes sociais tem procurado analisar estes processos de adaptação às metamorfoses da contemporaneidade. Estas redes sociais constituem-se como meios que ligam os indivíduos

às instituições e/ou organizações e que contribuem para a formação das suas identidades. Este conceito possibilita a compreensão dos processos sociais mais complexos, vivenciados a nível macrossociológico, partindo da sua relação com fenómenos situados no campo macro. Assim, segundo Wellman (1983), a análise das redes sociais parte duma ideia simples mas poderosa, assente numa tarefa base da sociologia: estudar a estrutura social.

Para Borgatti (2003) a perspectiva de redes não trata única e exclusivamente dos elementos do sistema mas sim a forma como eles interagem:

- Estrutura: desempenho do grupo;
- Posição: oportunidades e limitações;
- Capital social: advoga que o capital social prevalece sobre o capital humano,
- Estuda as consequências da posição na estrutura da rede.

Este foco na estrutura social, por mais evidente que possa parecer, pressupõe uma explicação consistente. Assim, conforme advoga Wellman (1983) a estrutura desconsidera a análise sobre a forma como as pessoas agem e enfatizam os condicionantes estruturais das suas ações. A forma mais direta de estudar a estrutura social é analisar os padrões de ligações entre os atores. A análise de redes sociais procura estruturar os mais profundos de padrões de redes, no quadro dos sistemas sociais complexos.

Os investigadores procuram descrever estes padrões e usam estas descrições para tentar compreender como as estruturas de redes influenciam o comportamento social e geram mudança. Estas suas descrições estão assentes no conceito de laços (ties), conectando nós (pontos de intersecção) dum sistema social: laços que ligam pessoas, grupos, organizações, etc. A análise de redes sociais procura conhecer como as propriedades de natureza estrutural influenciam o comportamento para além das prescrições normativas, atributos pessoais e relações de natureza regular. Os investigadores das redes focam a estrutura, procurando estudar como os padrões de laços estabelecidos numa determinada rede social geram oportunidades e limitações, porque influenciam as pessoas e as relações de poder. A análise de redes sociais trata portanto dos sistemas sociais enquanto

redes de relações de dependência provenientes de acessos diferenciados a recursos escassos (Wellman, 1983).

Esta questão do acesso a recursos está estritamente associada à análise de redes e, particularmente, ao seu desenho. Um número significativo de investigações provou os efeitos de diferentes padrões de redes no acesso a recursos (Wellman, 1988). Uma panóplia de recursos pode ser obtida diretamente do mercado, tais como: informações, apoio social e financeiro, entre outros que preenchem o nosso dia-a-dia. Contudo, a integração numa rede desenvolve e disponibiliza aos atores outro tipo de recursos que de forma isolada dificilmente os poderiam adquirir: redes de amizade e vizinhança, redes profissionais, organizacionais e outras tantas que não se enquadram na simples lógica de aquisição individual no mercado.

4. O capital social na construção de relações sociais

O conceito de capital social tem sido utilizado por influência sociologia norte-americana para sublinhar a importância das redes sociais informais na construção das relações sociais e de formas de sociabilidade que têm por base interesses pessoais e coletivos. O conceito de capital social começou também a ser fortemente desenvolvido a partir das questões do desenvolvimento local, com principal incidência aquando da publicação do livro de Robert Putnam (1993), *Making Democracy Work*. Neste trabalho sobre os fundamentos da democracia italiana, o autor identificou uma enorme densidade de associações e também a existência de relações sociais de reciprocidade como premissas centrais da democracia e da participação cívica. Estes fatores não são apenas a garantia da democracia na sociedade, mas influenciam também o poder local e as instituições. Numa espécie de analogia aos conceitos de «capital financeiro» e «capital humano», Putnam introduz o conceito de capital social tratando-se dum elemento da organização social das redes, das normas e confiança social como mecanismo facilitador da coordenação e cooperação entre instituições. Na discussão sobre o conceito, este passou a ser tido como importante para a conso-

lidação da democracia e para uma efetiva governança local e urbana, como decisivo para a sustentação de redes de inovação tecnológica e de políticas públicas; fundamental para o desenvolvimento social e comunitário; importante para a implementação de projetos e, por fim, para a proteção do meio ambiente (Frey, 2003).

O capital social pode pois ser compreendido como o quadro de normas de reciprocidade, informação e confiança presentes nas redes sociais informais que se desenvolvem como fruto das interações dos atores da rede, gerando benefícios diretos e indiretos, que se revestem de enorme importância para a compreensão da ação social.

Nesta relação Sociedade-Estado, autores como Putnam (1993) e Evans (1996) reforçam a necessidade da existência de regras transparentes e sólidas nesta relação como forma de se desenvolver um capital social acumulado à disposição da sociedade.

A existência de capital social numa sociedade não é sinónimo da sua utilização e consequente êxito nas políticas públicas. Estas mesmas políticas podem gerar resultados numa determinada sociedade e, aplicadas a outras podem ser condição de fracasso dependendo da forma como esse capital social é construído e movimentado. Deste modo, o capital social pode ser considerado um recurso potencial.

Enquadrado pelo caso italiano e partindo do estudo das diferenças políticas e económicas de norte a sul, Putnam (1993) pretendeu demonstrar, a relevância da participação cívica ao nível das instituições democráticas e na criação de sinergias Estado-Sociedade.

Outros autores têm estudado o capital social. Na sociologia atual encontramos nomes com Pierre Bourdieu (1996), Glenn Loury (1981), James Coleman (1998, 1990) e Robert Putnam (1992, 1993 e 1995). Dum modo geral, para estes autores o capital social reside na panóplia de relações que se verificam na estrutura social e que facilitam as ações dos indivíduos que estão enquadrados nessa estrutura. Sublinhe-se que o conceito de capital social tem subjacente que o relacionamento entre pessoas que favorece o acesso aos recursos disponíveis na sociedade.

O trabalho levado a cabo por Loury abriu portas para a sustentação duma análise mais refinada do processo iniciado por Coleman designadamente, no que concerne ao papel do capital social na criação de capital humano. No estudo do conceito, Coleman recorre aos contributos de Loury, tal como aos do economista Ben-Porath (1967) e dos sociólogos Nan Lin (1982) e Mark Granovetter (1973, 1985).

Coleman (1988 e 1990) concebeu o capital social partindo da sua função, designando-o como se tratando duma variedade de entidades com dois elementos em comum: todas elas constituem num certo aspeto estruturas sociais e facilitam determinadas ações dos atores – pessoas ou atores coletivos no interior da estrutura.

Assim como outras formas de capital, o capital social está inerente a tipologias de relações, neste caso relações sociais assentes em redes sociais informais entre indivíduos e por formas de sociabilidade representativas da vida nas mais diversas organizações. Por outro lado e, apesar da crescente racionalização da vida moderna, as relações sociais continuam a ser decisivas na construção da sociabilidade, relações estas que podem ser utilizadas como forma positiva de programas sociais, daí assumirem a designação de capital disponível na sociedade.

As redes sociais implicam a observância de normas de reciprocidade e confiança entre os atores. A função destas normas traduz-se no valor para os atores na estrutura social como recursos que podem ser utilizadas para o prosseguimento dos seus interesses. Por outro lado, a positividade implica que os atores participem em redes relativamente maiores ao invés de quem está fora dela pois, pode ser considerado um fator negativo desse capital.

De acordo com Portes (2000), a primeira análise sistémica de capital social foi realizada por Bourdieu (1980) que definiu o conceito como o agregado do atual ou potencial recurso, ligado à pertença duma forte rede social de relações supostamente institucionalizadas e de reconhecimento mútuo. Neste contexto, o capital social pode ser desmultiplicado em duas partes:

- O conjunto das próprias relações que possibili-

tam aos atores reivindicar recursos comuns aos participantes;

- A quantidade e qualidade dos recursos.

No destaque para a interação entre as múltiplas formas de capital (social, económico e cultural), o capital económico seria o centro de todos os «capitais». Por outro lado, verificar-se-ia uma circularidade com epicentro no capital social, na qual os atores podem ter acesso direto a recursos económicos, bem como aumentar o seu capital cultural. Contudo, o primado é o do capital económico.

O conceito desenvolvido por Glenn Loury (1981) partiu duma crítica às teorias das desigualdades raciais e às políticas que delas resultam nos Estados Unidos. Para Loury as proibições legais contra a discriminação racial no emprego e a implementação de programas de oportunidades iguais não anulam as desigualdades. Em primeiro lugar pelo environment em que vive a população assente em círculos de pobreza com possibilidades de reprodução nos seus descendentes. Por outro lado, as reduzidas conexões dos jovens de raça negra com o mercado de trabalho e a consequente falta de oportunidades. Em síntese, o acesso diferenciado aos bens materiais e simbólicos resulta das parcas e limitadas redes sociais e, forçosamente, do reduzido capital social dessa franja da população.

Coleman (1988 e 1990) desenvolve o capital social como uma teoria da escolha racional, rejeitando o individualismo externo que nela subjaz. A sua investigação decorreu com estudantes do ensino secundário de várias gerações, em Chicago durante os anos 60, procurando identificar a influência dos estudantes de maior idade nos mais novos ao nível das questões da participação social, liderança e participação em associações recreativas. Para o autor registavam-se duas grandes correntes intelectuais ao nível da descrição e explanação da ação social. Por um lado, uma que atendia ao ator socializado em que a ação era determinada pelas normas sociais e restantes regras da comunidade em que se inseriam. O principal contributo desta corrente residia na habilidade de descrever a ação no seu contexto social e explicar a ação enquanto constrangida pelo contexto social em que se inseria. Uma outra, mais comum entre os economistas, focava o ator com objetivos indepen-

dentes e inteiramente direcionados para interesses privados. O seu principal contributo residia no facto da ação ser entendida como maximização utilitária, advogando a inclusão no desenvolvimento da teoria sociológica de componentes das duas correntes: a aceitação do princípio da ação racional ou ação prepositiva e a tentativa de apresentar como este princípio, em determinado contexto social, poderia contar não somente com a ação de indivíduos em contextos particulares mas também no desenvolvimento da organização social. Para Coleman o capital social é um recurso presente na ação, introduzindo a estrutura social no paradigma da ação racional.

A seguir a Bourdieu, Loury e Coleman, têm sido desenvolvidas até aos nossos dias outras análises sobre capital social. Baker (1992), considerou o capital social “um recurso que os atores fazem derivar de estruturas sociais específicas e usam depois para a realização dos seus interesses; recursos esse criado por alterações na relação entre atores” (Portes, 2000: 137). Também Schiff (1992), se reporta ao capital social como um conjunto de elementos da estrutura social que afetam as relações entre pessoas e que são *inputs* ou argumentos da função e/ou da função de utilidade. Para Burt o capital social é como os amigos, colegas e contactos mais gerais através dos quais acedemos a oportunidades de utilização do próprio capital financeiro ou humano.

Se o enfoque de Loury e Coleman se traduziu na necessidade de redes densas como circunstância para a génese do capital social, o enfoque de Burt (1992) é no sentido contrário. Este autor introduziu a designação de «laços estruturais», querendo significar que a ausência de laços facilita a mobilidade individual, na medida em que as redes densas se inclinam para transmitir informação redundante sendo que, os laços fracos se podem assumir como uma fonte geradora de conhecimentos e recursos.

Em suma, estas reflexões em torno do conceito de capital social remetem-nos para a capacidade dos atores poderem usufruir de benefícios pelo facto de estabelecerem laços/vínculos/interações de pertença com redes e outras estruturas sociais. Quer isto significar que o capital social abrange o conjunto de recursos que um determinado indivíduo pode retirar do resultado da sua participação/posição numa rede

de relações sociais estáveis.

5. Ações analíticas em torno do capital social

Parece inegável a existência duma significativa carga de subjetividade que está subjacente à delimitação do conceito de capital social. Se a sua importância não suscita grandes dúvidas entre a classe académica e científica, o mesmo não se poderá dizer sobre a sua delimitação.

A medição do capital social tem-se tornado alvo de enormes discussões e desafios para os cientistas sociais. O conceito tem também sido utilizado como uma espécie de «passe par tout». Os estudos que se têm desenvolvido no âmbito da medição do capital social no contexto de vários quadros empíricos têm-no tornado um conceito frouxo e quase impraticável na perspetiva empírica e de aplicabilidade (Fontes e Eichner, 2005).

Contudo, é pertinente não se carrear uma investigação para uma única forma de medir o capital social. Para esta ideia contribuiu a tese de Hein e Bosch (2003). Os autores apelam à prudência na medição do capital social e apresentam três razões para o efeito:

1. As definições mais amplas de capital social são multidimensionais e incorporam diferentes níveis e unidades de análise;
2. Qualquer intenção de mediar as propriedades dos variados conceitos subjacentes ao capital social (comunidade, rede social ou organização) é problemático e pode conduzir a uma maior complexidade na análise;
3. Ainda foram desenvolvidos poucos instrumentos, facto este que faz com ainda não exista uma medição precisa. O que se desenvolveu foi a criação de indicadores aproximados, baseados em dados secundários.

Por conseguinte, Coleman (1988) e Bourdieu (1980) reportaram-se à intangibilidade do capital social. Se o capital económico se encontra exposto através das contas bancárias e o capital humano se encontra in-

trínseco nas cabeças das pessoas, será lícito afirmar que o capital social se encontra no quadro das suas relações. Para ser detentor de capital social, um indivíduo tem que obrigatoriamente se relacionar com outros e são estes (não o próprio), o cerne dos benefícios. A motivação de terceiros (altruísta ou instrumental) para tornar recursos disponíveis em termos de concessão não é uniforme (Portes, 2000). Deste cenário, poderão ser fundamentadas algumas das questões levantadas em torno do conceito.

O capital social duma comunidade pode ser caracterizado como a capacidade de interação dos indivíduos, o seu potencial para interagir com os atores que nos rodeiam, os seus familiares e amigos, colegas de profissão, vizinhos, etc. Quanto maior for o nível de interação com os outros, mais aptidões desenvolverá para identificar comportamentos, ensejos, valores, competências e conhecimentos do meio em que se encontra inserido. Por outro lado, quanto menores forem as interações, menor será a tendência para o desenvolvimento de competências de perceção dos atores com quem interage.

Tal como refere Portes (2000), são comumente identificadas duas fontes de capital social:

1. Uma que se baseia nas referências teóricas de Marx ao nível da emergência da consciência de classe no proletariado industrial. Em situações idênticas, os trabalhadores tendem a identificar-se uns com os outros e desenvolvem a solidariedade entre eles sendo que, esta solidariedade não resulta da introspeção, não é o resultado da infância do trabalhador mas, trata-se dum produto emergente do destino comum. Por estas situações, as disposições altruístas dos atores nestes casos não são universais, mas estão demarcadas pelos limites da sua comunidade. Nessa comunidade, outros membros podem também apropriar-se desse capital social.
2. O capital social encontra-se também influenciado pelas raízes da teoria durkheimiana da integração social e da capacidade de sancionar pelos rituais do grupo. Como exemplo, o caso das trocas baseadas na reciprocidade, em que a motivação dos dadores é instrumental, sendo que nesta situação a expectativa de compensação não assenta no conhecimento de beneficiário, mas no

seu enquadramento numa estrutura social comum. O encastramento numa transação pode ter dois efeitos: em primeiro lugar a recompensa do dador pode não resultar diretamente do beneficiário, mas do conjunto da coletividade, na forma de estatuto e; em segundo, a coletividade pode atuar de forma a garantir que as dívidas contraídas sejam liquidadas (Portes, 2000).

Por outro lado, segundo Fontes e Eichner (2005), o capital pode ser entendido em dois campos distintos:

- Capital social instrumentalizado pelo indivíduo, com base na sua rede egocentrada, com oportunidades de captação de recursos individualmente, como por exemplo as ajudas que eventualmente possam ser dispensadas por vizinhos ou amigos em situações de infortúnio;
- Capital instrumentalizado pela comunidade com base em recursos desenvolvidos pelas redes egocentradas e que se traduzem numa ampliação da esfera pública. Trata-se, por exemplo, das práticas associativas em que os atores participam e que estimulam as relações/interações entre eles. Putnam designa este tipo de capital social como Cultura Cívica e que é decisivo para a implementação ou consolidação de práticas democráticas na comunidade (Fontes e Eichner, 2005).

É a partir desta distinção de capital social que surgem alguns conceitos relevantes:

- Esfera pública e privada;
- Laços fracos e fortes.

Estas duas distinções têm sido alvo duma profunda discussão e análise na literatura sobre redes e capital social, gerando algumas considerações em torno das questões da partilha de recursos e das redes de sociabilidade subjacentes à utilização dos mesmos.

A natureza dos laços sociais tem permitido identificar os campos de sociabilidade (público ou privado), bem como o tipo de recursos envolvidos.

Os laços fracos e fortes canalizam os atores para campos de sociabilidade da esfera pública ou privada e são decisivos para a obtenção de recursos de forma individual ou coletiva.

Os campos de sociabilidade prevalecem nas sociedades contemporâneas, apesar da falta de consenso entre alguns cientistas sociais sobre o seu grau de importância. Habermas (1975), citado pelos autores, reporta-se à colonização do mundo e da vida por uma esfera da racionalidade instrumental, característica de padrões de sociabilidade instaurados na esfera pública, nos campos de sociabilidade subjugados ao dinheiro e ao poder. Este campo da racionalidade, apesar de prevalecer, não aniquila o campo da racionalidade substantiva, que se encontra situada na esfera do mundo da vida (Fontes e Eichner, 2005).

As esferas de sociabilidade também se podem caracterizar pelas suas características preponderantes nos laços de sociabilidade. Um estudo de Caillé (2002) estipula uma tipologia de padrões de sociabilidade: primária e secundária. Relativamente à primária, esta assenta no tipo de relação social na qual a personalidade das pessoas assume uma importância maior que as funções que estas realizam. Por outro lado, a secundária reporta-se ao tipo de relação que é subordinado à lei da impessoalidade, como se processa no mercado, no direito ou na ciência. Conclui o autor que apesar de não se verificar uma tendência no estabelecimento de importantes sociabilidades secundárias, a primária continua a estar presente nas sociedades contemporâneas.

A bibliografia relativa às redes sociais reporta-se a muitos dos fenómenos estudados por Caillé (2002), designadamente aos laços fortes e fracos. O conceito de laços fortes e fracos permite proceder à descrição da tipologia de padrões de sociabilidade desenvolvidos, bem como os tipos de recursos passíveis de serem disponibilizados a partir dos laços de sociabilidade ou o tipo de capital social acumulado.

Os laços fracos e fortes influenciam os níveis de capital social. Os laços fortes são mais aptos para a mobilização de recursos assentes em questões da solidariedade e denotam alguma dificuldade em serem mensuráveis, como resultado das relações cuja característica fundamental é a intensidade de contactos e a distância social. São também laços que se encontram instalados na esfera privada, como por exemplo as questões da amizade e parentesco. Os laços fracos assumem como principal característica a mobilização de recursos sediados na esfera pública,

constituindo um manancial de capital social cujos recursos disponíveis são partilhados por uma determinada comunidade política. É por exemplo o caso dos processos que estruturam a ação coletiva (Fontes e Eichner, 2005).

O manancial de capital social resultante dos laços fracos geram uma vitalidade da esfera pública cujos efeitos foram estudados de forma aprofundada por Putnam, a partir do exemplo de Itália e já apresentados anteriormente nesta discussão sobre capital social.

Em suma, um dos fatores fundamentais para a solidificação de ações coletivas reside no empenho de vários atores em ações específicas, promovendo um sentimento de confiança mútua entre os atores. E edificação desta confiança surgirá intimamente relacionada com a capacidade de cada um «estabelecer relações» com o outro, de compreender o outro e de o incluir no seu quadro de referência.

O papel das organizações com as quais os indivíduos interagem é decisivo pois, estas podem e devem funcionar como mecanismos mediadores da integração e de desenvolvimento do capital social.

Também, tal como já foi referido e, apesar das dificuldades que a mensuração do capital social possa suscitar, este deve ser baseado no levantamento do grau de interação apresentado pelos atores numa dada comunidade. Trata-se pois de avaliar variáveis micros sociológicas, como a participação em redes sociais, a capacidade institucional, a sociabilidade, a cooperação, reciprocidade, confiança, etc. Por outras palavras é fundamental identificar a implicação dos indivíduos nas organizações locais e nas redes (capital social estrutural) e avaliar a confiança e adesão às normas (capital social cognitivo) e, por fim, discutir a ocorrência de ações coletivas (coesão social). Estes são efetivamente os três elementos básicos do capital social numa comunidade.

Por outro lado, é também fundamental perceber as múltiplas funções do conceito de capital social. Segundo advoga Portes (2001) “é possível, por exemplo, que o capital social na forma de controlo social colida com o capital social na forma de benefícios mediados por redes, se estes consistirem precisamen-

te na capacidade de evitar normas existentes. A capacidade das autoridades para fazer cumprir as regras (controlo social) pode assim ser ameaçada pela existência de redes coesas cuja função é precisamente facilitar a violação dessas regras para o benefício privado. Estes resultados paradoxais apontam para a necessidade de se efetuar uma observação mais próxima dos ganhadores e perdedores, efetivos e potenciais, das transações mediadas por capital social (Portes, 2000: 146).”

O capital social tem-se evidenciado pertinente numa panóplia de aplicações, possibilitando um maior entendimento das relações que se estabelecem entre os indivíduos ou organizações. Contudo, o conceito tem subjacente o risco de poder ser confundido com o de socialização, confiança mútua ou relações de carácter pessoal de longo prazo. Fundamentalmente, o conceito implica uma complexa análise entre laços fortes e laços fracos, sendo que os primeiros fomentam o desenvolvimento da confiança mútua e, os outros possibilitam a recolha de informações e novas capacidades.

6. Considerações em torno dos efeitos do capital social nas relações sociais

Como se tem vindo a demonstrar, capital social tem sido fruto duma enorme discussão e reflexão por vários cientistas sociais, nas mais diversas áreas de investigação. Os já mencionados Bourdieu e Coleman, sociólogos da década de 80, centraram-se no capital social como elemento de estudo específico, procurando interpretar e compreender como os indivíduos enquadrados por uma rede de relações sociais podiam beneficiar da sua posição ou despoletar externalidades positivas para os outros atores.

O capital social é pois constituído pelas normas e pelas redes que facilitam a confiança, a cooperação e a ação coletiva. Trata-se dum bem que estrutura as relações sociais (Mercklé, 2004).

Hobbes, referiu que «ter amigos é ter poder». Nesta linha e, reportando ao espectro do capital social, será lícito dizer que, as formas em que se materializam o capital social assentam nesta lógica do poder.

Pierre Bourdieu (1980, 1985 e 1986) identificou analiticamente três formas de capital na construção e reprodução dos sistemas de diferenciação social:

- Capital económico: constituído pelos rendimentos, a posse de meios de produção e de património material e financeiro;
- Capital cultural: caracterizado pelos recursos simbólicos, as tendências e as qualificações intelectuais;
- Capital social: o conjunto dos recursos atuais ou potenciais que se encontram associados à posse duma rede duradoura de relações mais ou menos institucionais de intra e inter-conhecimento (cf. Mercklé, 2004).

Por outro lado também, o capital social tem-se manifestado como extremamente útil em diversos campos de aplicação, permitindo um melhor entendimento da tipologia de relações entre os indivíduos ou organizações. Contudo, e tal como já foi referido, por vezes o conceito surge erradamente confundido com o de socialização, confiança mútua ou relações pessoais a longo prazo. O capital social é mais que isso!

Em rigor, o capital social envolve um vasto conjunto de laços fortes e fracos, sendo que os primeiros possibilitam o desenvolvimento de confiança mútua e os últimos permitem a recolha de informações e conhecimentos novos. É em torno deste jogo dos laços que se estruturam as funções básicas do capital social.

Na abundante bibliografia internacional sobre o tema podemos identificar três funções básicas para o capital social:

- Fonte de controlo social;
- Fonte de apoio familiar;
- Fonte de benefícios através de redes extra familiares (Portes, 2000).

Entre estas três funções básicas do capital social e, não sendo esta investigação um tratado sobre capital social, o enfoque vai sobretudo para o capital social enquanto fonte de benefícios através de redes extra familiares. Este afunilamento deve-se por um lado à necessidade de compreender os benefícios provenientes da «participação» nas redes e, por outro lado,

por se tratar daquele que recorrentemente tem sido utilizado em investigações similares.

Esta função está explicitada nos trabalhos de Anheier et al, citado por Portes, ao nível das técnicas de *blockmodelling* para cartografar os laços sociais entre artistas e intelectuais de Colónia (Alemanha). Os frutos deste estudo referiram que redes muito fortes entre membros do núcleo de elite intelectual da cidade restringiam o acesso a elementos que se dedicam a outras atividades, como o comércio e atividades periféricas. Na ótica metodológica, este estudo é uma das utilizações mais aprimoradas das conceções de Bourdieu à sociologia da cultura (Portes, 2000).

Por conseguinte, é no campo da estratificação social que esta forma de capital social tem sido mais utilizada, sobretudo ao nível da explicação do acesso ao emprego, à mobilidade através de oportunidades profissionais de ascensão social e do sucesso empresarial. Foi neste quadro que Mark Granovetter (1974) desenvolveu a terminologia e posterior teoria da «força dos laços fracos», reportando-se ao poder praticado pelas influências indiretas, externas ao círculo imediato da família e dos amigos que se encontram mais próximos, numa ótica de sistema informal de referências para a obtenção de emprego. Este pensamento foi inovador, na medida em que fazia oposição à noção do senso comum de que as redes densas, como as que estão subjacentes nos círculos familiares, eram mais eficientes ao nível da procura de emprego. Cerca de vinte anos depois, Burt (1992) e recorrendo à abordagem de Granovetter, fomentou o conceito de «buracos estruturais». Tal como Bourdieu, Burt utilizou o conceito de capital social definindo-o de forma instrumental. Contudo, Burt assenta o seu capital social na escassez relativa de laços entretecidos em redes, ao invés da intensidade (Portes, 2000).

Sendo o capital social um conceito assente na análise de redes de relações sociais, será aqui pertinente estabelecer alguns paralelismos entre capital social e redes sociais. Foi Granovetter que desenvolveu o conceito de *embeddedness* cujo sentido se reporta ao «encaixar» de indivíduos numa rede extensa de relacionamentos inter-pessoais. Deste modo, a análise de transações económicas entre indivíduos não pode ser desligada do contexto social em que elas se

inserem sendo que, a confiança é uma fonte de capital social.

Alguns estudos no âmbito do capital social enfatizam a estrutura formal de laços ou de relações que constituem uma rede social ou no conteúdo dos laços sociais. Quer isto significar que as fontes de capital social seriam estruturais ou relacionais. Por conseguinte, a essência das relações interpessoais seria a explicação para as motivações e para as habilidades decisivas para a formação do capital social. Neste quadro, Granovetter qualificou a natureza dos laços sociais:

- Laço forte – verifica-se entre dois indivíduos e pressupõe um considerável nível de tempo e esforço de relação, feição emocional, confiança e reciprocidade. Trata-se dum relacionamento que se vai construindo ao longo dos tempos.
- Laço fraco – surge numa posição oposta e envolve transações de carácter pontual entre agentes, nas quais a identidade dos indivíduos assume uma menor importância. Neste tipo de laço os níveis de confiança e reciprocidade são mínimos.

Outros dos contributos mais significativos de Granovetter foi evidenciar (em rutura com lógica do senso comum) que os laços que têm uma maior probabilidade de gerar informações novas e, consequentemente, fomentar um maior valor no relacionamento são os laços denominados de fracos. Pretendeu Granovetter com isto significar que, no decurso do tempo, os laços fortes vão perdendo a sua funcionalidade se os mesmos indivíduos transacionarem por tempo indeterminado, podendo resultar um endurecimento do relacionamento, sendo que às questões de carácter pessoal se sobrepõem às da eficiência e as possibilidades de inovação começam a ser reduzidas.

A investigação de Nan Lin, Walter Ensel e John C. Vaughn (1981) veio desenvolver uma perspectiva alternativa. Em oposição a Burt e Granovetter, desenvolveram a «força dos laços fortes». Nesta investigação o enfoque foi para o estudo das iniciativas empresariais de imigrantes ou de grupos étnicos, nas quais as redes e o capital que fluem no seu interior e se encontram identificadas como se tratando dum recurso central para a génese de micro empresas. Aqui o capital social funciona enquanto confiança de cada membro no quadro da rede em que se insere. A

ausência desta confiança poderia ser um entrave e privaria os membros de receberem fundo da contribuição de todos os outros elementos da rede (Portes, 2000).

Considerações finais

Para Bourdieu (1986) o capital social é um tipo de capital que qualifica a posição relativa das pessoas na estrutura de classe. Mas é importante sublinhar que o capital social sustentado no pensamento por Bourdieu é, como outros tipos de capital, referente em "última instância" à habilidade de indivíduos e/ou grupos de classe - adquirirem capital económico.

Enquanto o conceito de capital social de Bourdieu se encontra amplamente associado a redes sociais, em que estas dispõem ou não de capital social dependendo da posição relativa na estrutura de classe das pessoas que as compõem, em Coleman (1990) o capital social é uma propriedade inerente dos grupos, independentemente da sua posição social. O aspeto mais relevante do conceito de Coleman não é, ao contrário de Bourdieu, o de rede social e sua posição estrutural na sociedade. Para Coleman o "fechamento" das relações dentro do grupo; ou seja, de coesão interna do grupo é o ponto central no conceito. Todavia, apesar do pioneirismo de Bourdieu e Coleman na criação e discussão teórica do conceito de capital social, dois outros autores foram fundamentais para a extensão do debate tanto no universo académico e no quadro da formulação de políticas públicas. Um dos enormes contributos deriva de Putnam (1996) nos seus trabalhos sobre o processo de mudança no sistema político italiano entre 1977 e 1989, enfatizando que a democratização da política italiana estava diretamente arrolada a uma forte cultura cívica, típica da região norte do país, associada a uma ampla difusão de associativismo, no estilo mais puro de uma organização social tocquevilliana, conduzia um processo amplo de desenvolvimento económico e de eficiência governamental. Este fenómeno do associativismo cívico, visível no norte da Itália, que Putnam nomeia por capital social. O segundo autor responsável pela disseminação do conceito de capital social aplicado à discussão do sistema institucional das sociedades como condição da democracia foi Fukuya-

ma (2001). O autor produz a tese de que a condição para o funcionamento de um sistema democrático é a existência de capital social visto como "*normas ou valores partilhados que promovem cooperação social, presentes em relações sociais reais*" (Fukuyama, 2001: 27).

O dilema destes conceitos de capital social, à exceção de Coleman, é que não agregam nada mais, em termos heurísticos, ao que outros conceitos, já de há muito disponíveis na literatura sociológica, ofereciam para o tratamento analítico dos fenómenos sociais a que são aplicados. Assim, o conceito de capital social de Bourdieu não agrega nada ao conceito de poder social, entendido como a posição diferencial das pessoas em redes de influência na sociedade. A vasta e profícua literatura americana dos anos sessenta sobre "poder local", tanto na perspectiva elitista quanto na pluralista, já havia mostrado os efeitos diferenciais do poder das pessoas relacionado à sua posição em redes sociais. Igualmente, podemos sustentar que os conceitos de capital social de Putnam (1996) e de Fukuyama não acumulam nada ao conceito culturalista de sistema normativo ou cultura política. Porém, o conceito de Coleman (1990) distingue-se dos outros na medida em que se refere a um fenómeno próprio dos recursos que emergem da sociabilidade dentro de um grupo ou comunidade. Coleman (1990) enfatiza as dimensões de densidade socio estrutural e a de "fechamento (closure)" dentro do grupo das relações sociais que compõem o capital social.

A concluir, há que ter em linha de consideração que na sociologia contemporânea, além da literatura já referida (Granovetter, Burt, Lin), é importante evidenciar o estudo de Blau (1987) sobre as relações macro e micro da realidade social, através de um estudo empírico em que emprega o conceito de rede social para mostrar como as relações sociais em redes estruturadas demográfica e ecologicamente constituem um contexto macrosocial na determinação das decisões individuais no nível micro-contextual para a escolha do(a) parceiro(a) matrimonial.

Em suma, pensar e discutir o conceito de capital social no quadro da teoria sociológica contemporânea relança-nos perante um desafio da complexidade analítica dos conceitos cristalizados da sociologia, em que a complexidade dos objetos empíricos funciona

como um detonador da cristalização concetual.

Referências bibliográficas

- Baker, W.E. (1992). The Network Organization in Theory and Practice. In: N. Nohria & R. G. Eccles, *Networks and Organizations: Structure, form and action*. Cambridge: Havard Business School Press.
- Ben-Porath, Y. (1967). The Production of Human Capital and the Life Cycle of Earn-ings. *Journal of Political Economy*, Vol. 75(4), pp. 352—365.
- Blau, P. (1987). *Exchange and Power in Social Life*. New York: Wiley.
- Bourdieu, P. (1996). *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus.
- Bourdieu, P. (1985). The forms of capital. In: J.G. Richradson (Ed.), *Handbook of theory and research for the sociology of education*. Connecticut: Greenwood Press.
- Bourdieu, P. (1980). Le capital social: notes provisoires. *Actes Rech, Sci. Soc.*, nº30.
- Borgatti, S. (2003). Conceptos Básicos de Redes Sociales. Disponível em <http://www.analytictech.com/networks>, consulta em 11/09/2005.
- Burt, R. (1992). *Structural holes*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Caille, A. (2002). *Antropologia do Dom. O terceiro paradigma*. Petrópolis: Vozes.
- Coleman, J. (1990). *Foundations of social theory*. Cambridge: The Belkness Press of Harvard University Press.
- Coleman, J. (1988). Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology* 94 (Supplement).
- Evans, P. (1996). Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy. *World Development*, v. 24, n. 6, pp. 1119-1132.
- Fontes, B.A. & Eichner, K. (2005). A formação do capital social numa comunidade de baixa renda. *Revista Redes*, 7. Disponível em <http://revista-redes.reiris.es/html-vol7>, consulta em 03/08/2005.
- Frey, K. (2003). Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. *Revista de Sociologia e Política* nº21, Novembro,

- <http://www.esterkaufman.com.ar/sitio/kaufman/publicaciones>. Consulta em 11/09/2005.
- Fukuyama, F. (2001). Social capital, civil society and development. *Third World Quarterly*, 22(1), pp. 7-20.
- Fukuyama, F. (1996). *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Tradução de: Alberto Lopes. Rio de Janeiro: Rocco.
- Fukuyama, F. (1995). *Trust: Social Virtues and the Creation of Prosperity*. NY: Free Press.
- Granovetter, M. (1985). Ação econômica e estrutura social - o problema da incrustação. In J. Peixoto & R. Marques, *A nova sociologia econômica* (2003), Oeiras: Celta, pp. 69-102.
- Granovetter, M. (1973). The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, 78.
- Hein, A. & Bosch, J.L. (2003). Capital social en Chile: avances sobre su formación y aplicación. In CPU, Chile. Disponível em <http://www.ub.es/epp/redes/chile.PDF>. Consulta em 10/08/2005.
- Higgins, S.S. (2005). *Fundamentos Teóricos do Capital Social*. Argos: Chapecó.
- Lemieux, V. & Ouimet, M. (2008). *Análise estrutural das redes sociais*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lin, N. (1982). *Social structure and network analysis*. California: Sage Publications.
- Loury, G. (1981). Intergerational transfers and the distribution of earnings. *Econometria* n° 49 (S. Paulo).
- Locke, R.M. (1995). *Remaking the Italian Economy*. Ithaca: Cornell University.
- Matos, H. (2009). *Capital Social e Comunicação: Interfaces e articulações*. São Paulo: Summus.
- Mercklé, P. (2004). *Sociologie des réseaux sociaux*. Paris: La Découverte.
- Portes, A. (2000). Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia* [online], Set. 2000, n° 33 [citado 09 Agosto 2005], pp. 133-158. Disponível em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php>, consulta em 11/09/2005.
- Portes, A. (1998). Social capital: Its origins and applications in modern sociology. *Annual Review of Sociology*, 24, pp.1-24.
- Putnam, R. (1996). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV.
- Putnam, R. (1995). Bowling alone: America's Declining Social Capital. *Journal of Democracy*, 6 (jan 1995).
- Putnam, R. (1995a). Tuning In, Tuning Out: the strange disappearance of social capital in America. *Political Science and Politics*, 27.
- Putnam, R. (1993). *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton: Princeton University Press.
- Putnam, R. (1992). *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- Schiff, M. (1992). Social capital, labor mobility and welfare. *Ration Soc.*, n°4.
- Wellman, B. (1988). *Social Structures: a network approach*. New York: Cambridge University Press.
- Wellman, B. (1983). Network analysis: some basic concepts. In B. Wellman, (ed), *Sociological theory*, vol.1, pp. 155-200. Disponível em https://courses.cit.cornell.edu/info435_2006sp/w13/wellman.pdf. Consulta em 12/01/2014.
- Woolcock, M. (1998). Social capital and economic development: Toward a theoretical synthesis and policy framework. *Theory and Society*, 27(2), pp. 151-208.